



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

DANIEL ALVES BARROS

ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
NO NÍVEL DE POBREZA NA BAHIA

SALVADOR

2016

DANIEL ALVES BARROS

**ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
NO NÍVEL DE POBREZA NA BAHIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas

Área de Concentração: Desenvolvimento Econômico

Orientador: Prof. Dr. Antonio Ricardo Caffé

SALVADOR

2016

DANIEL ALVES BARROS

ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO NÍVEL DE POBREZA NA BAHIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Economia da Universidade Federal da Bahia - FE/UFBA como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Economia

Aprovada em _____ de maio de 2016.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Antonio Ricardo Dantas Caffé

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Dr. Antônio Renildo Santana Souza

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata

Universidade Federal da Bahia – UFBA

AGRADECIMENTOS

Concluir o curso de economia tem um imenso significado, são muitas as pessoas que contribuíram de forma direta e indireta para que chegasse neste momento, muito antes de conceber esta realização que a rainha das ciências sociais despertara a tempos atrás.

Transfiro todos os méritos a que venha lograr desta conquista a minha Mãe Leni Edilza Alves. Sua coragem, garra e dedicação de anos a fio na batalha da vida, a recompensaram com a formatura de seus filhos. Sei o quanto ela semeou, a colheita será eterna.

Agradeço em especial a meu irmão Paulo, pelo apoio incondicional que me concedeu para alcançar este objetivo, parceiro de todas as horas, e de sintonia similar, devo muito do que aprendi a este Professor irmão. Agradeço a Fabiana e a Bibi, pela amizade e consideração.

Agradeço a minha irmã Gabriela pelo convívio e seu exemplo de vida para todos nós de casa.

Agradeço a minha esposa Patrícia, agora Mãe de nosso Pedro, pelos momentos vividos e que já são inesquecíveis. Pedrinho, o gótico do papai, ama demais a mamãe coruja dele meu amor.

Agradeço a todos os meus familiares, que mesmos distantes torceram sempre por mim.

Agradeço a toda família da minha esposa pelas orações, e o carinho com minha família.

Agradeço ao Nobre Professor Dr. Ricardo Caffé, pela oportunidade de tê-lo como orientador, e pela confiança depositada na minha pessoa, sou fã da sua perspicácia sobre a realidade, és uma referência de conhecimento vasto na economia que respeito e admiro.

Dedico um agradecimento especial aos amigos: Diego Malaquias, Levi Rodrigues, Marcelus Pietrobon, Maxsuel Fernandes e Vinicius Prado. Agradeço pela amizade dos já formados economistas Renato Baldin e Wellington Pinele.

Por fim, mas não menos importantes agradeço a todos os Professores, Colegas e Funcionários da Faculdade de Economia, com quem tive o enorme prazer de conviver nestes anos. Sou muito grato por todo aprendizado que me ofertaram.

Muito obrigado a todos!!

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar os efeitos do Programa Bolsa Família (PBF) sobre a pobreza na Bahia e outros indicadores sociais, pesquisando a evolução dos dados sobre a pobreza com o intuito de encontrar as relações existentes entre os dados do PBF com os dados sobre a pobreza, e a partir dessa análise mostrar se ocorre efetiva redução da pobreza em função do PBF. Complementarmente iremos estudar as consequências do PBF na distribuição de renda da Bahia. A metodologia empregada neste estudo foi a de analisar os dados estatísticos fornecidos pela Matriz de Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (MDS), dados do censo do IBGE, do Ipeadata e da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), além de artigos acadêmicos sobre o tema, tendo como recorte temporal o intervalo entre os anos de 2004 e 2014. O enfoque do recorte espacial foi para o Estado da Bahia, estado que tem um dos piores indicadores sociais do país no que se refere aos temas aqui abordados. Os efeitos observados através da análise indicada acima demonstram que há efetiva transferência de renda e diminuição nos níveis de pobreza e extrema pobreza no estado da Bahia no período analisado, bem como nos indicadores relacionados às condicionalidades do programa, como por exemplo, frequência escolar e acompanhamento na saúde.

Palavras-chave: Pobreza, Transferência de Renda, Bolsa-Família, Bahia.

JEL: I32, I38.

ABSTRACT

This paper aim to analyze the effects of the Programa Bolsa Família (PBF) on the poverty in Bahia state and too on the other social indicators, looking for the evolution of data on poverty in order to find the relationship between the PBF data with poverty data, and use this analysis to check if is effective a poverty reduction due to the PBF. In addition we try to study the consequences of the PBF in the income distributions of Bahia. The methodology used was based in a statistical data provided by the Information Matrix of Ministry of Social Development and Fight against Poverty (MDS), IBGE census data, the IPEA and the Superintendence of Economic and Social Studies of Bahia (SEI), as well as academic articles about the subject, in the period between 2004 and 2014. The spatial focus in state of Bahia was due to the fact this is a state that has one of the worst social indicators in the country about the poverty issues. The observed effects extracted of analysis show that there is effective income transfers and decrease in the levels of poverty and extreme poverty in the state of Bahia in the period analyzed, as well as improvement in the indicators related to the conditionalities of the program, such as school and health attendance.

Key-words: Poverty, Income Transfer, Programa Bolsa Família, Bahia
JEL: I32, I38.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quantidade de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) - Bahia.....	14
Figura 2 - População com rendimento domiciliar per capita de R\$ 0,00 a 70,00 – Bahia (2004 - 2014).....	22
Figura 3 - População com rendimento domiciliar per capita de até R\$ 140,00 – Bahia (2004 - 2014).....	23
Figura 4 - Severidade da pobreza – Bahia entre os anos de 2004 a 2014.	23
Figura 5 - Severidade da extrema pobreza – Bahia entre os anos de 2004 a 2014.....	24
Figura 6 - Percentual da população de 5 a 17 anos que não frequenta a escola (%) – Bahia...	27
Figura 7 - Percentual das famílias não acompanhadas nas condicionalidades de saúde (%)– Bahia.....	27
Figura 8 - Percentual de domicílios em situação de segurança alimentar e nutricional (%) – Bahia.....	28
Figura 9 - Coeficiente de Gini – Bahia de 2001 a 2014.	32
Figura 10 - Valor repassado do PBF (R\$ em Bilhões) – Bahia.	33
Figura 11 - Benefício médio mensal por família do Programa Bolsa Família (R\$) – Bahia. ..	33
Figura 12 - Efeitos multiplicadores das transferências monetárias sobre o PIB	35

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de famílias inscritas no CadÚnico nos anos de 2006 e 2014.	13
Quadro 2 - Quantidade de famílias beneficiárias do PBF e valor total repassado do PBF (R\$) em 2004.	15
Quadro 3 - Quantidade de famílias beneficiárias do PBF e valor total repassado do PBF (R\$) em 2014.	16
Quadro 4 - Dados do nível de extrema pobreza e pobreza da população na região Nordeste 2004 – 2013.	21
Quadro 5 – Hiato médio da pobreza e extrema pobreza na Bahia nos anos de 2004 e 2014. ...	25
Quadro 6 – Trabalho infantil na Bahia no ano de 2014.	29
Quadro 7 - Dados sobre a pobreza e desigualdade de renda no Brasil e na Bahia para os anos 2004 e 2014.	30

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: PBF	9
3	POBREZA NA BAHIA	19
3.1	EFEITOS DO PBF - CONDICIONALIDADES.....	26
4	EFEITOS DO PBF SOBRE POBREZA NA BAHIA	30
5	CONCLUSÃO	37
	<u>REFERÊNCIAS</u>	40

“A novidade
Que tem no Brejo da Cruz
É a criançada
Se alimentar de luz
Alucinados
Meninos ficando azuis
E desencarnando
Lá no Brejo da Cruz.”
Chico Buarque de Holanda.

“Criamos um futuro sustentável quando
investimos nos pobres, e não quando
insistimos no seu sofrimento.”
Bill Gates.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo pesquisar os efeitos que o Programa Bolsa Família (PBF) tem sobre a pobreza na Bahia e outros indicadores sociais. Após a criação do PBF em 2003, este se tornou o principal ator das políticas de proteção social no país, atingindo mais de 50 milhões de brasileiros, e na Bahia cerca de 5 milhões de pessoas, ou seja, pouco mais de 1/3 da população baiana está inserida no programa. Desde a implantação do PBF se tem percebido uma mudança na estrutura social das classes mais pobres, pois uma das características centrais do programa é que ele procura associar a transferência do benefício financeiro ao acesso a direitos sociais básicos, como saúde, alimentação, educação e assistência social.

Por se tratar de um programa de transferência de renda direta, o PBF tem efeitos diretos sobre a população que se encontra no nível de extrema pobreza e pobreza, cabendo analisar qual impacto tem este programa de transferência de renda para estes indicadores. Muitos municípios no estado da Bahia não têm uma economia dinâmica para produzir riqueza e posteriormente a distribuição desta, de forma que para essas economias os recursos governamentais exercem papel importante na distribuição da renda local, uma vez que os beneficiados com esses recursos fazem parte da população de menor renda.

A Bahia é um estado com enormes desigualdades sociais e condições de vida aos mais pobres que o condicionam a perpetuação na miséria. A presença de pessoas pobres em grande monta na sua economia contribui de forma decisiva para a manutenção do seu status econômico de região pobre. Portanto, é importante compreender as variáveis que causam tal situação, e delimitar o quanto ações de política de transferência de renda podem ser carreadas para alterar positivamente o perfil econômico e social das regiões mais pobres da Bahia.

Neste contexto torna-se relevante investigar como o PBF ajuda a redistribuir renda e qual efeito imediato isto tem para o nível de pobreza do Estado da Bahia. Essa investigação é feita através de dados estatísticos sobre os efeitos do PBF sobre os indicadores socioeconômicos da Bahia advindos de diversas fontes, tendo como recorte temporal o período entre os anos de 2004 a 2014, e recorte espacial a Bahia, Estado que tem um dos piores indicadores sociais do país, como por exemplo, o índice de desenvolvimento humano (IDH) no qual a Bahia se encontra na vigésima segunda posição em relação aos demais estados brasileiros.

Uma importante fonte de dados utilizada neste trabalho foi a Matriz de Informação Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), dados do censo mais atual do IBGE, Ipeadata e da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Também foram utilizados artigos que estão referenciados ao fim desse projeto.

O Governo vem ao longo dos últimos anos se empenhando em combater a pobreza, e tem feito isto através da política de transferência de renda direta. O PBF vem ampliando a gama de recursos nos municípios e como consequência dinamizando as economias locais. Algumas questões que surgem com relação a esses fatos são:

- Quais são os resultados do Programa Bolsa Família sobre os pobres, e a desigualdade de renda na Bahia?
- Qual o efeito multiplicador desses recursos advindos do PBF nos municípios baianos?

Na busca destas respostas poderemos identificar os pontos fortes e fracos, e limites deste programa com relação ao combate a pobreza. Em resumo a abordagem adotada será:

- Analisar como o Programa Bolsa Família (PBF) tem impactado na redução da pobreza Bahia.
- Analisar a evolução dos dados sobre a pobreza na Bahia, procurando encontrar as relações existentes do PBF com os dados da pobreza, e a partir do estudo mostrar se houve efetiva melhora dos dados sobre a pobreza, e se é possível a erradicação da pobreza extrema na Bahia.

Ao fim do trabalho deveremos ter uma visão crítica com relação às seguintes asserções:

- A redução dos indicadores de pobreza na Bahia é decorrente em grande parte da política de transferência de renda direta do PBF.
- Os recursos provenientes do PBF têm impacto positivo para as economias locais, onde há menor dinamismo econômico se tem um maior efeito desta transferência.

2 POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: PBF

O Programa Bolsa Família surgiu como instrumento estratégico de uma política pública de superação da pobreza. O PBF é um programa de transferência de renda com condicionalidades, voltado para famílias pobres, sendo a pobreza definida segundo uma renda familiar per capita mensal. Mesmo reconhecendo que pobreza é um fenômeno multidimensional, não se restringindo somente à privação de renda, vários estudiosos entendem que a insuficiência de renda é uma boa representação, ou uma proxy, de outras dimensões de pobreza que envolve outras variáveis.

Os eixos centrais de atuação do PBF estão concentrados em três direções: a transferência de renda direta; reforço do direito de acesso das famílias aos serviços básicos de saúde, educação e assistência social; e integração com outras ações e programas de governo e da sociedade civil. A transferência de renda direta contempla outros objetivos da política de proteção social, por meio do Cadastro Único (CadÚnico¹) é possível colher os dados socioeconômicos dos beneficiários, permitindo assim o mapeamento, controle e acompanhamento dos resultados obtidos do programa a partir das informações fornecidas pelo público.

Ao contrário do piso previdenciário e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) o Bolsa Família não constitui um direito. Como seu nome designa, trata-se de um programa, fruto de decisão do executivo federal. Enquanto o programa estiver sendo implementado, as famílias enquadradas em seus critérios de acesso têm “direito” àquilo que o programa concede. Contudo, do ponto de vista das políticas sociais, isso não constitui um direito, pois programas podem ser criados ou extintos sem que a sociedade discuta.

Segundo Zimmermann (2006), a denominação Bolsa apresenta sérios problemas sob a ótica dos direitos humanos, já que, uma bolsa indica algo temporário, passageiro, que possui um prazo para terminar, sem levar em conta a situação de vulnerabilidade das pessoas. Um

¹ CadÚnico configura-se enquanto instrumento de coleta de informações que permite a caracterização socioeconômica das famílias, de cada componente familiar e dos domicílios pobres.

direito não pode se concebido na forma de bolsa, temporariamente, mas como algo permanente, a ser auferido enquanto houver um quadro de vulnerabilidade social.

Concordam com esta visão os autores em (MARQUES; *et. al.*, 2004) que descrevem que a partir dessa compreensão que decorre o entendimento que, no caso do Brasil, onde milhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza, os benefícios atualmente assistenciais, que promovam redistribuição de renda, devem superar o assistencialismo e constituírem parte dos direitos básicos ou fundamentais de qualquer brasileiro. Essa mudança de status, além de garantir a continuidade dos programas, retira do assistencialismo seu caráter de moeda política, o que faz aumentar a força dos poderosos entre os segmentos mais carentes da população.

O dever do Estado Brasileiro de prover uma proteção social para que todo o cidadão tenha suas necessidades básicas atendidas pelo seu direito à alimentação, saúde, educação, moradia e demais direitos sociais, estão presentes na constituição, como mostra Cunha (2008):

No art. 3º da Constituição são definidos os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, dentre eles o de erradicar a pobreza e a marginalização e o de reduzir as desigualdades sociais e regionais. No campo das políticas públicas, a Constituição garante o direito universal à saúde e à educação e, ainda, define que a Seguridade Social é constituída pelas políticas de previdência social, de saúde e de assistência social.

Como visto um dos principais deveres do Estado é o de zelar pela vida dos mais pobres e necessitados, pois estes já se encontram numa condição de luta diária pela sobrevivência, não havendo tempo e meios para buscarem seus direitos, cabendo assim ao poder público as responsabilidades de criar, inovar e revisar as políticas publicas para serem efetivas, com reflexo imediato nas condições de vida.

Instituído pela Medida Provisória nº 132, em outubro de 2003², o público-alvo do Programa Bolsa Família são famílias que estão em situação de extrema pobreza e de pobreza. As famílias em extrema pobreza recebem um benefício básico independente de sua composição

² Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003 (convertida na Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004). Cria o Programa Bolsa família e dá outras providências.

familiar, mais o benefício variável, e as famílias em situação de pobreza recebem apenas o benefício variável.

O valor que a família recebe por mês é a soma de diferentes modalidades de benefícios previstos no Programa Bolsa Família. Essas modalidades de benefício dependem da composição e da renda da família beneficiária. Desde a implantação do PBF em 2003, os valores repassados as famílias são reajustados por decreto do Presidente (a) da República, assim os benefícios e reajustes evoluíram em quatro fases importantes. A primeira fase ocorreu no período 2003-2006, quando os valores pagos ficaram entre R\$ 50 e R\$ 100,00 reais.

No segundo ciclo, 2006-2009, os valores mínimos e máximos foram, respectivamente, de R\$ 60 e R\$ 120,00 reais. No terceiro ciclo, 2009-2013, registraram-se os valores pagos no intervalo entre R\$ 70 e R\$ 140,00 reais. E por fim as linhas de corte do valor atual é o reajustado em 2014, que transfere entre R\$ 77 e R\$ 154,00 reais.

De acordo com as informações do Ministério do Des. Social e Combate a Fome³ os benéficos são distribuídos assim:

Benefício Básico no valor de R\$ 77,00

– Pago apenas a famílias extremamente pobres (renda mensal por pessoa de até R\$ 77,00).

Benefícios variáveis (cada família pode receber até 5 benefícios):

- Benefício Variável de 0 a 15 anos no valor de R\$ 35,00

– Pago às famílias (com renda mensal de até R\$ 154,00 por pessoa) com crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade.

- Benefício Variável à Gestante no valor de R\$ 35,00

– Pago às famílias do Bolsa Família (com renda mensal de até R\$ 154,00 por pessoa) que tenham grávidas.

³ Dados extraídos do site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

– Pagamento de nove parcelas mensais. Esse benefício só é pago se a gravidez for identificada pela área de saúde para que essa informação seja inserida no Sistema Bolsa Família na Saúde.

- Benefício Variável Nutriz no valor de R\$ 35,00

– Pago às famílias (com renda mensal de até R\$ 154,00 por pessoa) que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses, para reforçar a alimentação do bebê, mesmo nos casos em que o bebê não more com a mãe.

– Pagamento de seis parcelas mensais. Para que o benefício seja concedido, a criança precisa ter seus dados incluídos no Cadastro Único até o sexto mês de vida.

Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (limitado a dois benefícios por família) no valor de R\$ 42,00

– Pago a famílias do PBF (com renda mensal de até R\$ 154,00 por pessoa) que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos.

Benefício para Superação da Extrema Pobreza com valor diferente para cada família

– Para as famílias do Bolsa Família que continuem com renda mensal por pessoa de até R\$ 77, mesmo após receberem os outros tipos de benefícios do Programa.

– Ele é calculado de acordo com a renda e quantidade de pessoas da família, para garantir que a família ultrapasse o limite de R\$ 77,00 de renda por pessoa.

Desta forma uma das características centrais do programa é que ele procura associar a transferência do benefício financeiro ao acesso a direitos sociais básicos, como saúde, alimentação, educação e assistência social. Para o MDS o Bolsa Família tem dois objetivos básicos principais: combater a miséria e a exclusão social, e promover a emancipação das famílias mais pobres.

De acordo com Leite e Peres (2014),

O Bolsa Família, por sua vez, foi implementado em um contexto de políticas sociais – de saúde, educação e assistência social – em franco processo de descentralização administrativa e ampliação de cobertura (LEITE; FONSECA, 2011). Dessa forma, o programa seguiu uma moldura política e institucional mais ampla, com objetivos e metas próprias em cada política, e que já vinha historicamente acumulando bons resultados em indicadores sociais, a despeito da imensa dívida social que ainda marca a área social no Brasil.

Para Lício (2004), uma das novidades do programa em relação a iniciativas similares anteriores foi a unificação de todos os benefícios sociais do governo federal (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás) em um único programa. O objetivo da unificação foi garantir maior agilidade na liberação do dinheiro, reduzir a burocracia e melhorar o controle dos recursos.

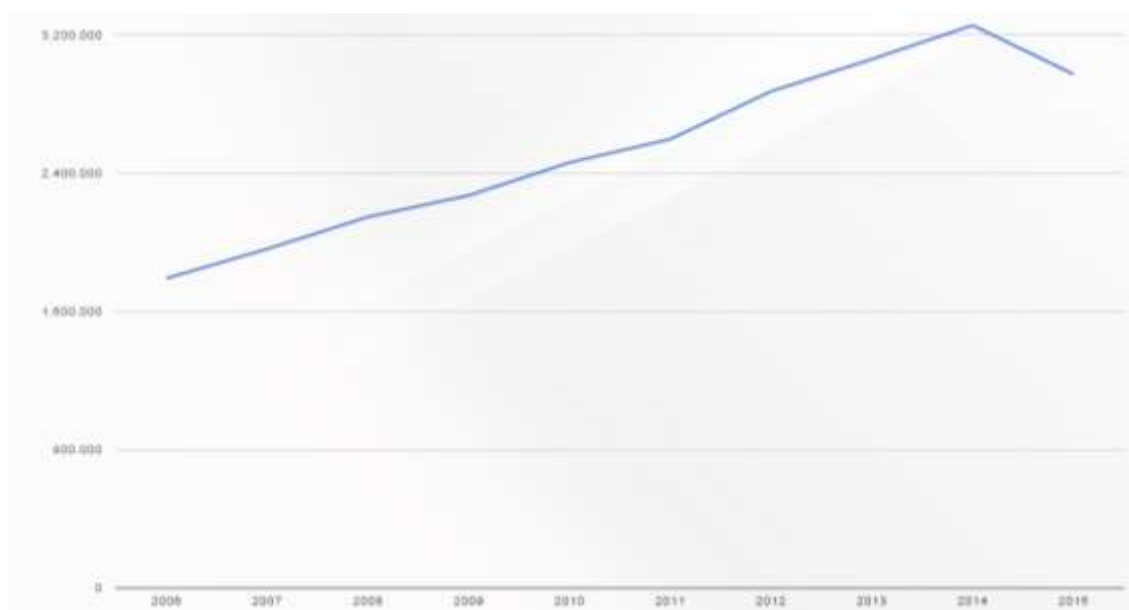
O programa é gerido pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com os 26 estados e seus respectivos municípios. As prefeituras são responsáveis pelo cadastramento das famílias e pela atualização da base de dados do Cadastro Único, este cadastro provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo per capita, permitindo saber quem é, onde mora, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios; é de competência da esfera municipal, acompanhar o cumprimento das condicionalidades do benefício, além de promover ações complementares destinadas ao desenvolvimento autônomo e sustentadas das famílias pobres do município. Com base nas informações do Cadastro Único elaborado pelas prefeituras, o MDS seleciona as famílias a serem beneficiadas.

Quadro 1 - Número de famílias inscritas no CadÚnico nos anos de 2006 e 2014.

Localidade	Quantidade de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)	
	2006	2014
BRASIL	15.125.898	29.164.656
NORTE	1.284.118	2.920.928
NORDESTE	7.032.302	12.222.858
BAHIA	1.790.173	2.971.841
SUDESTE	4.130.705	8.815.120
SUL	1.789.094	3.106.879
CENTRO-OESTE	889.679	2.098.871

Fonte: DataSOCIAL (elaboração própria).

Figura 1 - Quantidade de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) - Bahia



Fonte: CAIXA, Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

No Quadro 1, a Bahia em 2006 representava cerca de 25,45% do total de famílias inscritas no CadÚnico na região Nordeste, e aparece com mais inscritos do que a região Sul do país. Para o ano de 2014 a Bahia diminuiu sua parcela no Nordeste para 24,31%, e tem menos inscritos desta vez em comparação com a região Sul, ademais entre 2006 e 2014 enquanto o total nacional praticamente dobrou, as regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste foram as que apresentaram maiores aumentos de expansão do cadastro único.

Podemos observar na Figura 1 que de 2006 a 2014 o número de pessoas cadastradas no CadÚnico na Bahia praticamente dobrou, indo de pouco mais de 1,6 milhões para pouco mais de 3,2 milhões de inscritos.

As condicionalidades são extremamente importantes para se obter e avaliar avanços na assistência básica de educação e saúde para as crianças e jovens do PBF, a contrapartida é que as famílias devam participar de ações no acompanhamento de saúde e do estado nutricional dos filhos, matricular e acompanhar a frequência escolar das crianças, e participar de ações de educação alimentar. Na terceira parte deste estudo são apresentados alguns dados referentes à educação e saúde na Bahia, onde se faz uma breve análise dos resultados e os possíveis efeitos que o PBF traz ao quadro atual das respectivas condicionalidades.

O controle social sobre o programa é exercido mediante a constituição de Comissões Municipais intersetoriais e paritárias. A Caixa Econômica Federal (CEF) é o agente operador do cadastro e do pagamento dos benefícios.

O custo com Programa Bolsa Família é considerado baixo visto que alcança $\frac{1}{4}$ da população brasileira, os gastos com o programa representam apenas 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), para 2014 foi realizado um desembolso de pouco mais de R\$ 27 BI para o PBF segundo o MDS, conforme podemos observar no Quadro 3. Grande parte da crítica à Bolsa Família refere-se à preocupação com os gastos públicos. Entretanto, quando comparados os gastos do Programa Bolsa Família com os juros da dívida em 2015, encontra-se em torno de 0,5% do PIB para o Programa Bolsa Família, o pagamento com juros da dívida pública já estão ao redor de 8,89% do PIB de 2015, R\$ 510,6 bilhões de acordo com o BACEN (2015), ou seja, o pagamento de juros da dívida pública é quase 18 vezes maior que o custo com PBF.

Quadro 2 - Quantidade de famílias beneficiárias do PBF e valor total repassado do PBF (R\$) em 2004.

2004		
Localidade	Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF)	Valor total repassado do PBF (R\$)
BRASIL	6.571.839	3.791.785.038
NORDESTE	3.320.446	2.173.475.460
Maranhão	380.742	272.001.169
Piauí	217.931	156.971.474
Ceará	572.730	399.472.576
Rio G. Do Norte	190.116	121.690.884
Paraíba	273.135	180.295.664
Pernambuco	518.956	304.053.138
Alagoas	214.726	137.724.223
Sergipe	113.147	68.581.861
Bahia	838.963	532.684.471

Fonte: Data SOCIAL (elaboração própria)

O Quadro 2, nos mostra a quantidade de famílias efetivamente beneficiadas (Região Nordeste e Brasil) e os respectivos repasses financeiros do PBF para o ano de 2004; a Bahia tem

parcela de 25,26% dos beneficiários do Nordeste, enquanto a nível nacional tem parte de 12,7%. Podemos aferir que o recurso médio anual repassado por família é da ordem de R\$ 634, 57 para a Bahia, R\$ 654,57 ao Nordeste, e de R\$ 576,97 no Brasil.

Quadro 3 - Quantidade de famílias beneficiárias do PBF e valor total repassado do PBF (R\$) em 2014.

2014		
Localidade	Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF)	Valor total repassado do PBF (R\$)
BRASIL	14.003.441	27.185.773.070
NORDESTE	7.099.673	14.119.987.863
Maranhão	985.136	2.176.602.595
Piauí	456.811	989.951.719
Ceará	1.089.813	2.119.762.800
Rio G. Do Norte	362.805	693.426.312
Paraíba	524.967	1.061.078.037
Pernambuco	1.150.879	2.170.581.340
Alagoas	439.655	871.525.795
Sergipe	281.231	515.793.542
Bahia	1.808.376	3.521.265.723

Fonte: Data SOCIAL (elaboração própria)

É preciso enfatizar que, em 2014, o Bolsa Família beneficiou 14.003.441 de famílias pobres no país, sendo que 50,05% (7.099.673) delas na Região Nordeste conforme o Quadro 3, a Bahia em 2014 tem 25,47% dos beneficiários do Nordeste e 24,93% dos repasses desta região, a nível nacional a Bahia compõe 12,91% das famílias atendidas e 12,95% dos repasses. No que tange aos valores médios recebidos anualmente, eles cresceram mais de 200% na Bahia, Nordeste e Brasil em comparação com os montantes de 2004, distribuídos respectivamente em, R\$ 1.947,19, R\$ 1.988,82 e R\$ 1.941,36. Considerando o valor médio de 2004 para a Bahia de R\$ 634,93, e corrigindo este valor até 2014 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), tem-se R\$ 1.086,37 reajustado pela inflação de 71,1% do período, conclui-se um ganho em torno de 90% do valor médio recebido em todo o país através do PBF.

É relativamente modesto o custo do Bolsa Família ao governo federal, a transferência não se limita a dar dinheiro para os pobres, mas também serve como incentivo ao uso dos serviços governamentais. Os Estados Unidos como comparação, de acordo com a matéria do Valor Econômico (2015) relacionada ao Ipea, transferiu 2% do PIB no ano passado, cerca de US\$ 315 bilhões para programas chamados “focalizados”.

O Bolsa Família é apontado como o maior da nova geração de programas sociais da América Latina, baseado no princípio da “transferência condicional de dinheiro”, diversos órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial, Cepal, entre outros avaliam o PBF como um programa a ser copiado por outros países para combater a fome e a pobreza. Outros dois programas de transferência de renda conhecidos na América do Sul estão no México, com o programa Oportunidades, e no Chile intitulado de Chile Solidário. O combate a pobreza tem sido um dos principais instrumentos de política social e vem ganhando destaque em todo o mundo, segundo Azevedo e Burlandy (2010),

No início do novo milênio, o combate à pobreza adquire proeminência e seu enfrentamento é redimensionado no cenário internacional. O Banco Mundial afirma que o combate a pobreza é um dos principais desafios mundiais, difundindo uma idéia de pobreza para além da baixa renda, incluindo também baixos indicadores em educação, saúde, nutrição e outras áreas do desenvolvimento humano (VAITSMAN; ANDRADE; FARIAS, 2009; UGÁ, 2004). Com isso, novos argumentos sobre as relações entre pobreza e desenvolvimento afirmam-se, tendo como base a teoria das capacidades de Sen. Tal acontecimento desvela outras dimensões da pobreza agora enfatizadas para além da renda. Entra em ascensão a opinião de que políticas e instituições voltadas para os grupos mais vulneráveis podem promover tanto eficiência quanto equidade. A partir de então, os programas de transferência com condicionalidades, focalizados nos pobres passam a ser implementados no intuito de cumprir funções redistributivas e de alívio da pobreza (VIANNA, 2008). Com efeito, novas estratégias de proteção social emergem combinando redes de segurança, transferência de renda e focalização nos pobres para que sirvam de auxílio nos períodos de crise e de “trampolim” para a superação da situação de pobreza.

A nova rede de proteção social tem conquistado um papel importante hoje no Brasil, por dar os direitos de mínima sobrevivência aos mais pobres, e de abrir oportunidades de qualificação social e profissional para a inclusão desta parcela da população nos setores

produtivos do país. Além de ter sido o PBF e a grande geração de empregos na última década as principais armas das diminuições de pobreza e desigualdade no Brasil e na Bahia.

O Bolsa Família é tão eficaz para alcançar os mais pobres quanto outros bons programas internacionais do mesmo gênero (Barros; *et al.*, 2010).

Considerando que há um consenso atual no Brasil, de que o problema principal para as famílias terem acesso a uma alimentação em quantidade e qualidade adequadas, não é a falta de produção de alimentos, mas a falta de renda para obtê-los, de acordo com (TAKAGI; GRAZIANO DA SILVA; *et al.*, 2001) “estão vulneráveis à fome todas as famílias que não têm renda suficiente para todos os gastos básicos não só alimentares, mas também com transporte, aluguel, saúde, etc.”

3 POBREZA NA BAHIA

O espaço delimitado do presente estudo é o Estado da Bahia, para nos situarmos sobre sua condição, aqui descrevemos alguns dados, tem uma população estimada em cerca de 15,1 milhões de habitantes, a maior população dos Estados do Norte/Nordeste e a quarta a nível nacional, é composta por 417 municípios, o grau de urbanização da Bahia é de 74%, segundo IBGE⁴ o rendimento nominal mensal domiciliar per capita é de \$ 736,00 reais, um valor abaixo da média brasileira e do salário mínimo, de acordo com a SEI⁵ a taxa de desemprego na região metropolitana se encontra em torno de 20%, e segundo a PNAD Continua⁶ de 2015 a Bahia tem uma taxa de 12,2% de desemprego, só perdendo para o estado do Amapá que tem 12,5%; trata-se de um Estado que tem setores pujantes na economia que se destacam no plano nacional como a agropecuária, indústria petroquímica e o setor de serviços, mas que tem ainda uma alta concentração de renda, geradora de desigualdades de renda que a fazem figurar entre os estados com piores índices de distribuição de renda no país.

Henriques (2003, p. 68) aponta que “é fundamental reconhecer a desigualdade como principal fator explicativo do excessivo nível de pobreza no Brasil”.

A Bahia é historicamente considerada um Estado pobre, a concentração de renda aliada a falta de políticas públicas essenciais para o desenvolvimento socioeconômico de toda a população são umas das causas da pobreza enraizada desse Estado. A incapacidade do Estado de promover a ascensão social das camadas mais pobres tem tido uma mudança recente com o encontro das políticas adotadas a partir dos programas de transferência direta de renda, que tem como um dos objetivos minimizarem a pobreza das classes mais pobres.

Diante desta realidade é necessária uma breve explanação dos conceitos de pobreza mais utilizados por aqueles que se aprofundam no tema; basicamente há duas vertentes para se mensurar a pobreza, a primeira e mais tradicional considera o nível de renda a variável que define o pobre do não pobre; a outra concepção de pobreza é dada por Sen e Mendes (2000) estes autores a compreendem como um problema multidimensional, um fenômeno complexo

⁴ Site do IBGE Estados@ <http://www.ibge.gov.br/estadosat/index.php>.

⁵ Boletim Mensal de Pesquisa de Emprego e Desemprego de Março 2016.

⁶ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Trimestral de 2015.

porque se compõe de diversos aspectos, como a ausência de capacidades, de relações, de oportunidades, de autoestima, de instrução, de boa saúde e também de renda, segundo este autor a própria insuficiência de renda é um obstáculo para o desenvolvimento das capacitações básicas para o indivíduo ter liberdade de escolha sobre sua vida.

Neste estudo o enfoque prevalece na pobreza medida pela escassez de renda, por conta também do objeto em análise ter origem nas linhas de pobreza adotadas pelo estado brasileiro, e vários estudiosos considera que a insuficiência de renda é uma boa representação, uma proxy, para se avaliar a pobreza.

Assim é importante aqui inserir o que seria essas linhas de pobreza, de acordo com Rocha (2004) o “conceito de pobreza relevante é o de pobreza absoluta, já que um contingente significativo de pessoas não tem suas necessidades básicas atendidas”. Trata-se de definir parâmetros de valor correspondente a uma cesta de consumo mínima, seja ela alimentar (associada à linha de indigência⁷), seja considerando o custo de atendimento de todas as necessidades de alimentação, habitação, vestuário etc. (associada à linha de pobreza⁸), o PBF enquadra seu público alvo de acordo com estas linhas de pobreza.

De acordo com Azevedo e Burlandy (2010) trata-se de um conceito em construção, cujos pressupostos diferem de acordo com os valores e princípios sociais, podendo ser conceituada de diferentes maneiras, como é observado na literatura.

Como exposto acima, a pobreza engloba, dimensões subjetivas, econômicas, sociológicas e políticas que variam conforme as especificidades locais, em razão das heterogeneidades sociais e culturais.

O Brasil, seguindo as linhas de pobreza propostas pelo Banco Mundial nos idos do século atual para combater a extrema miséria e a fome no mundo, ao criar o PBF relaciona os benefícios de acordo com as linhas de extrema pobreza e pobreza do Programa Brasil Sem Miséria; há críticas quanto o uso destas linhas de pobreza por logicamente ser frágil a oscilação dos preços, do câmbio, de não considerar as realidades regionais distintas e etc.,

⁷ A linha de extrema pobreza em valores monetários é de R\$ 75,00 per capta mensal.

⁸ A linha de pobreza é definida como o dobro da linha de extrema pobreza, R\$ 150,00 per capta mensal.

além de não enquadrar os “quase pobres”, aqueles que estão próximos da elegibilidade ao benefício, mas que por terem um resíduo de renda a mais não se encaixam no programa.

Quadro 4 - Dados do nível de extrema pobreza e pobreza da população na região Nordeste 2004 – 2013.

Estados do Nordeste	Número de indivíduos extremamente pobres - Linha de Pobreza Baseada em Necessidades Calóricas (2004)	Número de indivíduos extremamente pobres - Linha de Pobreza Baseada em Necessidades Calóricas (2013)	Número de indivíduos pobres - Linha de Pobreza Baseada em Necessidades Calóricas (2004)	Número de indivíduos pobres - Linha de Pobreza Baseada em Necessidades Calóricas (2013)
Alagoas	1.042.581	407.394	1.958.608	1.109.016
Bahia *	3.378.609	1.160.508	7.560.631	3.522.765
Ceará	2.069.790	927.434	4.502.109	2.383.155
Maranhão	2.199.174	1.174.693	3.759.384	2.382.436
Paraíba	966.606	319.867	2.059.685	1.037.544
Pernambuco	2.474.851	858.085	492.3751	2.379.127
Piauí	858.127	290.638	178.9635	872.486
Rio Grande do Norte	692.072	249.600	155.9900	760.844
Sergipe	388.209	134.497	923.970	514.136

Fonte: IpeaData (elaboração própria). *Os dados da Bahia em 2004 e 2014.

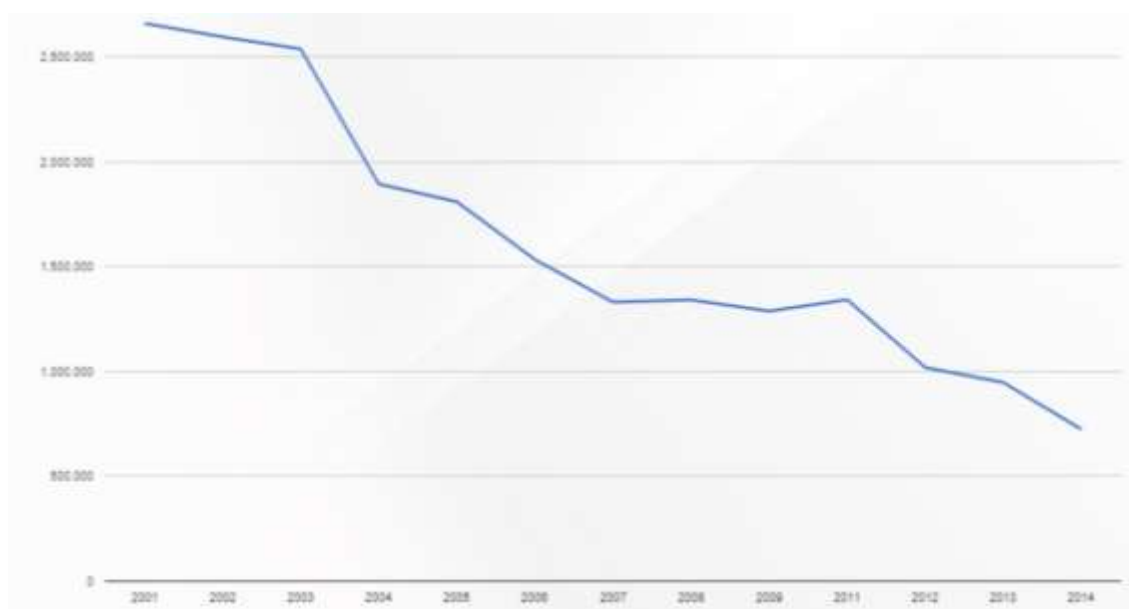
O Quadro 4, apresenta o número de pessoas em domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza (ou indigência, ou miséria), e linha de pobreza. A linha de extrema pobreza aqui considerada é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e da Organização Mundial da Saúde (OMS). A linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de extrema pobreza. São estimados diferentes valores para 24 regiões do país, a série é calculada a partir das respostas a PNAD (IBGE).

Deste modo as linhas de extrema pobreza que compreendem a Bahia são três (3), a primeira estimativa conta com a capital Salvador e Região Metropolitana, a segunda e terceira são feitas para a área Urbana e Rural do Nordeste. Respectivamente os valores destas linhas em 2004 foram: R\$ 86,82; R\$ 79,31; e R\$ 70,74; para o ano de 2013 encontravam-se assim: R\$ 138,15; R\$ 126,21; e R\$ 112,56. A cada ano elas são deflacionadas por algum índice de

preços e assim atualizadas; como já dito anteriormente para se chegar ao valor da linha de pobreza é só multiplicar por dois o valor encontrado na linha que a antecede.

Analisando o Quadro 4, a Bahia de 2004 a 2013, diminui o número de indivíduos extremamente pobres em 55,67%; e a população considerada pobre sofreu queda de 47,06%, demonstrando uma melhora maior para os mais vulneráveis a insegurança alimentar, houve neste caso uma focalização na extrema pobreza, coincidindo com o período do PBF.

Figura 2 - População com rendimento domiciliar per capita de R\$ 0,00 a 70,00 – Bahia (2004 - 2014).

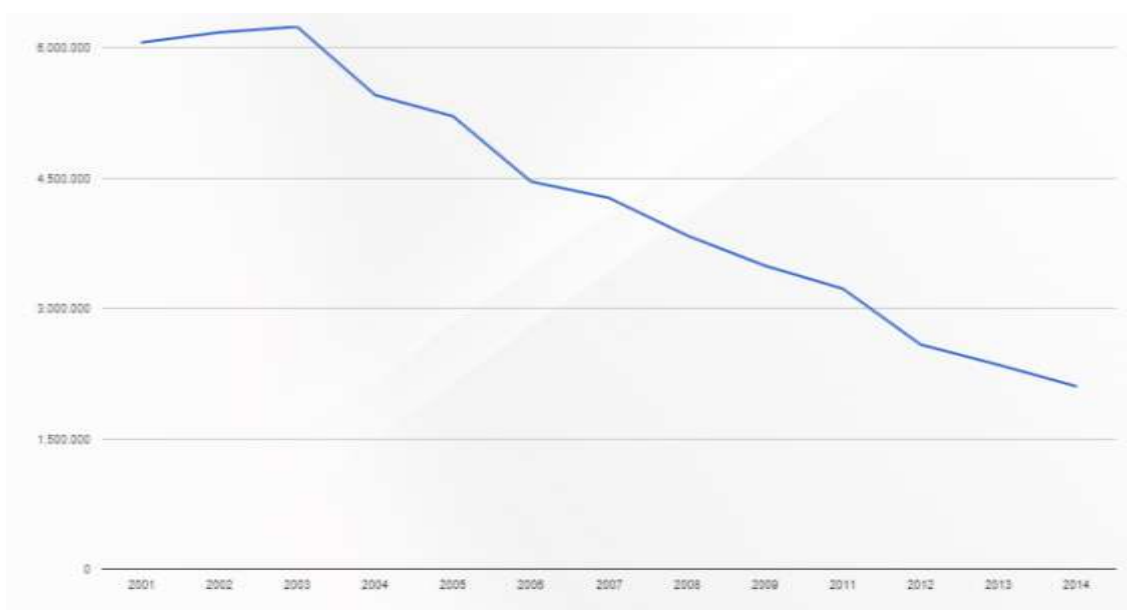


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

A Figura 2 exhibe entre os anos de 2001 e 2014 uma redução da população que vive com renda até R\$ 70,00, de 19,51% para 4,79% do percentual da população observada. Em 2004 a população que se enquadrava neste parâmetro era próxima a 1.900.000 pessoas, em 2014 este dado mostrou ser em 724.102 cidadãos nesta realidade no estado da Bahia.

A Figura 3 expõe a população no estado da Bahia com rendimento domiciliar per capita de até R\$140,00 entre os anos de 2001 e 2014, precisamos separar o grupo contido de R\$ 0,00 a R\$ 70,00 do grupo em estudo da Figura 2, neste caso, basta subtrair a quantidade encontrada na Figura 2 pelo visto na Figura 3, assim observar-se uma redução de cerca de 3,5 milhões de indivíduos que ultrapassaram a linha de pobreza no período 2004-2014, restando ainda em 2014 cerca de 1.376.885 cidadãos vivendo nesta situação na Bahia.

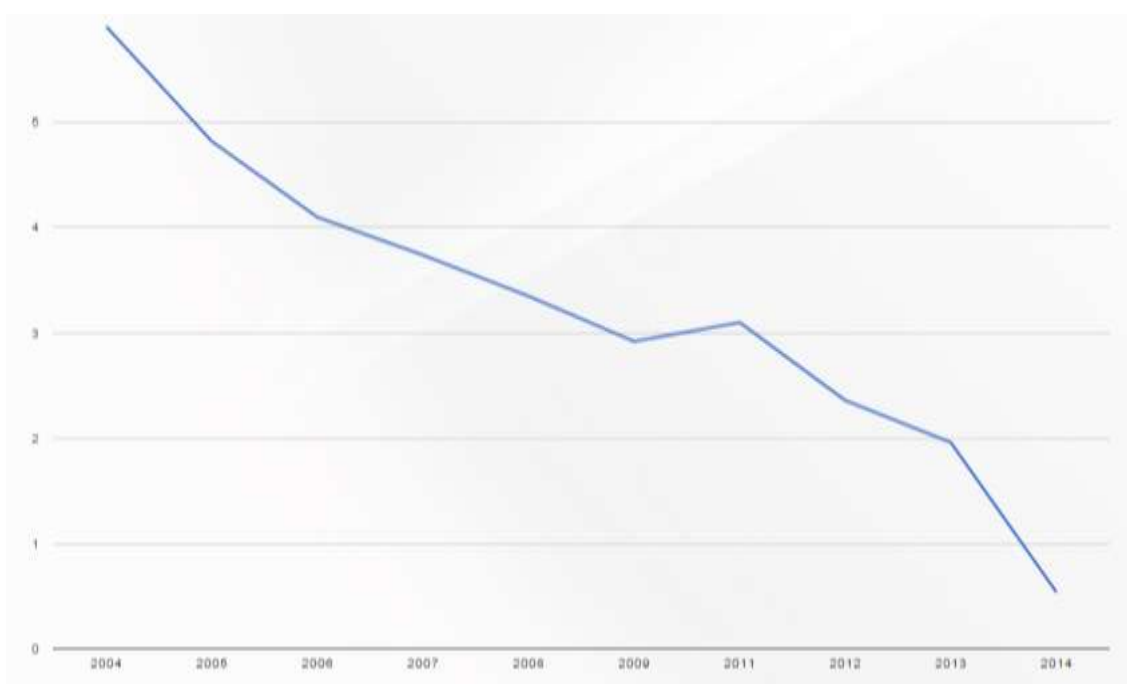
Figura 3 - População com rendimento domiciliar per capita de até R\$ 140,00 – Bahia (2004 - 2014).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

O conceito de severidade da pobreza visa medir a desigualdade da pobreza, sendo definido como a média do quadrado do déficit proporcionais da pobreza. Este índice é sensível à distância da linha da pobreza, dando peso para os indivíduos mais pobres, quanto mais indivíduos estiverem distantes da linha da pobreza maior será o índice. Segue abaixo nas Figuras 4 e 5, os gráficos de severidade da pobreza e severidade da extrema pobreza na Bahia.

Figura 4 - Severidade da pobreza – Bahia entre os anos de 2004 a 2014.

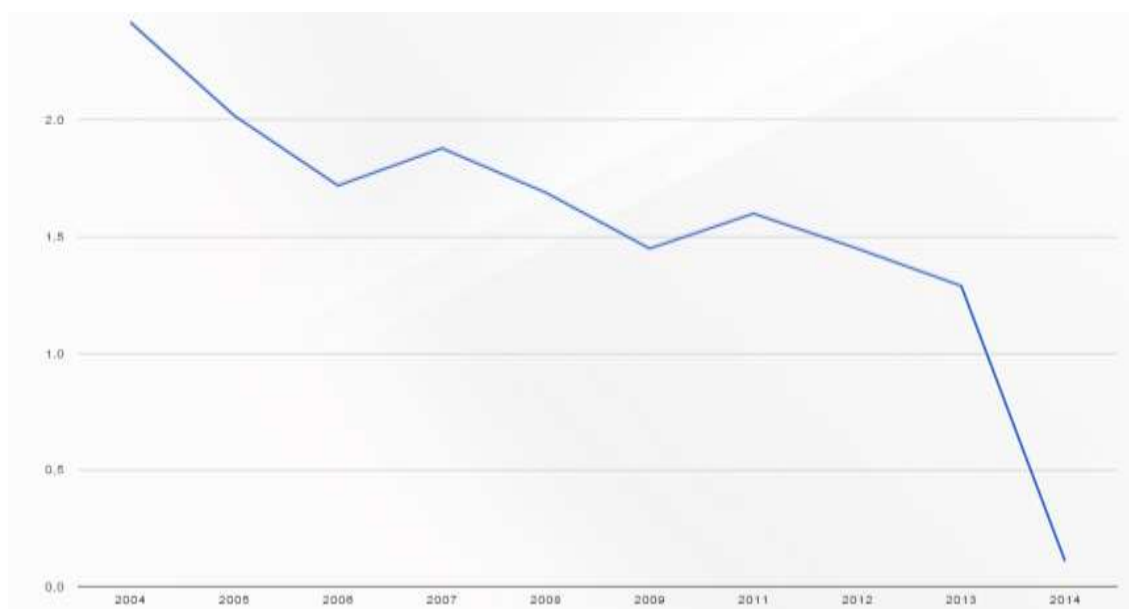


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

É possível observar nas Figuras 4 e 5, que no período entre 2004 e 2014, existe uma forte correlação negativa entre repasses do PBF e a severidade da pobreza. Comparando com os Quadros 2 e 3, na medida em que aumentam os repasses do PBF a severidade da pobreza diminui.

A correlação observada acima é corroborada por Souza (2013) que diz: “uma das causas na queda da extrema pobreza e da desigualdade na Bahia no período de 2003 até 2011 correlaciona-se especialmente ao PBF, e teve efeito maior na região não metropolitana do Estado.

Figura 5 - Severidade da extrema pobreza – Bahia entre os anos de 2004 a 2014.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

A despeito da redução do ritmo da queda no número de pobres, o impacto do BF sobre a pobreza extrema de acordo com (SOARES; *et. al.*, 2009) cresceu desde sua criação, atingindo em 2009 seu maior nível, na ausência do programa a proporção de pessoas em pobreza extrema seria 32% maior que o observado.

A partir de estudos realizados com os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2011, realizada IBGE, mostrou-se que todas as classes da população obtiveram ganhos reais de rendimento entre 2006 e 2011. De acordo com informações disponibilizadas pela SEI com relação a esse estudo na Bahia os 10% mais pobres apresentaram um crescimento real na renda média de 31,1%, ao passo que os 10% mais ricos apresentaram um crescimento de 18,9%, o efeito disso é a redução da desigualdade no estado.

Castro (2015), diretor de pesquisas da SEI, avalia o resultado do estudo:

A análise dos resultados da PNAD evidencia que as políticas públicas de transferência de renda e combate à pobreza estão se traduzindo em resultados significativos no estado da Bahia. Elevação substancial da renda média, redução da pobreza e da desigualdade, são fenômenos decorrentes diretamente de programas como o Bolsa Família, Brasil Carinhoso, ou pelo Benefício de Prestação Continuada, além das políticas de incentivo ao emprego e ampliação real do salário mínimo.

Como já foi dito anteriormente o PBF não é um direito propriamente, é um programa de governo que a qualquer tempo pode sofrer interferência política tanto para expandir e melhorá-lo, quanto ocorrer o inverso, de redução e extinção do programa. Por ter esta condição não se procurou criar os dispositivos de reajuste do benefício, neste espaço temporal de 2004 – 2014 ocorreram quatro (4) aumentos no valor do BF, evidenciando o prejuízo dado ao poder de compra dos beneficiários por não haver um calendário de reajustes indexados a um índice de preços.

Quadro 5 – Hiato médio da pobreza e extrema pobreza na Bahia nos anos de 2004 e 2014.

Localidade	Hiato médio da extrema pobreza (%)	Hiato médio da pobreza (%)
Bahia (2004)	11,68	29,26
Bahia (2014)	1,34	4,60

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

O Hiato médio da pobreza indica a distância que separa a renda domiciliar per capita média dos indivíduos pobres do valor da linha de pobreza, medida em termos de percentual do valor dessa linha de pobreza; o mesmo raciocínio vale para o hiato de extrema pobreza, alterando a linha para de extrema pobreza. O Quadro 5 nos mostra o quanto de renda é necessário percentualmente do valor atual da renda do indivíduo para ultrapassar as linhas de pobreza, se vê que em 2004 tanto os hiatos médio de extrema pobreza e pobreza eram altos, sendo relativamente menor o de extrema pobreza; em 2014 estes percentuais aparecem com valores muito baixos, podemos avaliar que a transferência de renda focalizada tem dado resultado, e com esta configuração atual se torna possível alcançar a erradicação da extrema pobreza na Bahia.

3.1 EFEITOS DO PBF - CONDICIONALIDADES

O Bolsa Família como um programa que tem as condicionalidades na educação e saúde a serem cumpridas pelos pais das crianças, direta e indiretamente melhoraram outros índices tão importantes quanto à renda. No Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2014), a respeito do impacto do Bolsa Família, se estima uma redução de 20% na taxa de mortalidade infantil no Brasil entre 2004 e 2009. Nos casos de mortes por insuficiência nutricional e problemas respiratórios, a queda chega a 60%.

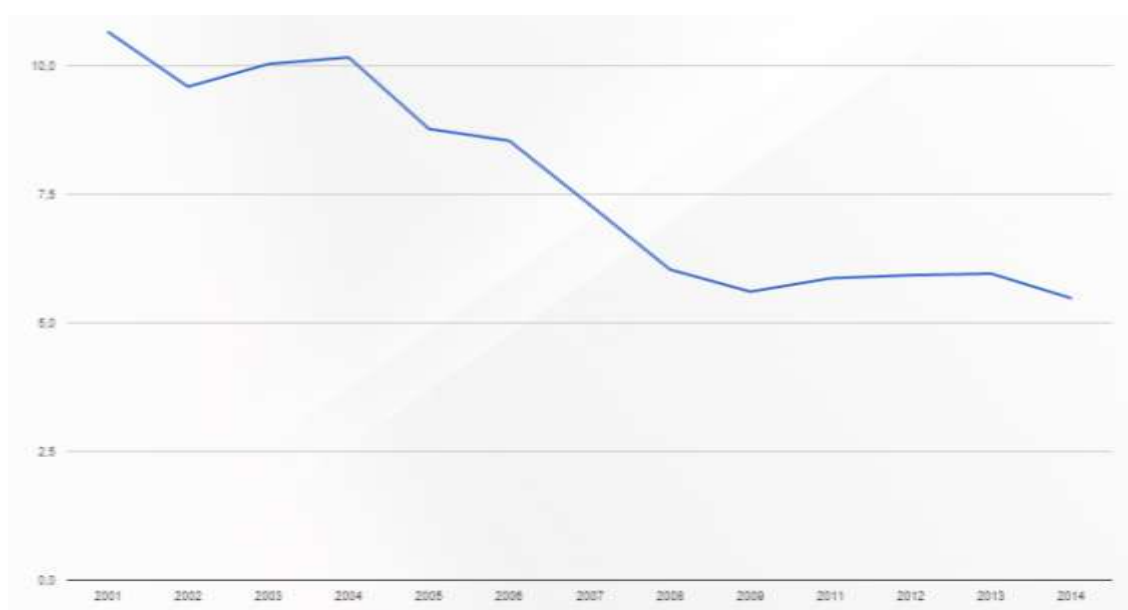
Como um típico programa de transferência condicionada de renda, o Bolsa Família transfere auxílios monetários não eventuais para as famílias pobres e miseráveis e requer destas o cumprimento de contrapartidas nas áreas de educação e saúde. O não cumprimento da agenda de saúde e/ou educação estimula o poder público a investigar, em tese, os motivos que ocasionaram a situação com a finalidade de auxiliar as famílias na superação das dificuldades que se apresentam. Caso persista a situação, as famílias recebem advertência, em seguida têm o benefício bloqueado, depois suspenso e, por fim, cancelado.

A Figura 6, trata sobre crianças e adolescentes que não frequentam a escola, no ano de 2004 essa taxa foi de 10,15%, em 2014 se encontrava em 5,47%. As condicionalidades de frequência escolar mínima de 85% tem dado resultados na Bahia, de acordo com o portal DataSOCIAL⁹ (ligado ao MDS) que presta informações sobre este acompanhamento, na Bahia a população entre 6 e 14 anos dentre os 20% mais pobres, tem uma taxa de frequência escolar ao ensino fundamental em 2004 de 79,39%, em 2014 este percentual sobe para 92,62%; este avanço é mais significativo quando analisamos este mesmo dado para o grupo entre 15 e 17 anos do ensino médio, em 2004 era de 15,08% esta frequência a escola, em 2014 passa para 32,39%. Como base de comparação fiz a pesquisa para os 20% mais ricos do grupo de 6 a 14 anos do ensino fundamental, a frequência deste grupo em 2004 foi de 86,07%, em 2014 de 93,28% , a diferença maior que existia deste grupo frente aos 20% mais pobres em 2004 vem diminuindo, o que torna mais nitido que a condicionalidade de frequência escolar tem surtido efeitos positivos sobre os beneficiários do PBF.

⁹ O Data Social é um portal que disponibiliza dados e indicadores para elaboração de diagnósticos atualizados e para monitoramento das políticas e programas do Ministério, além de informações de contexto social, demográfico e econômico de municípios, estados, regiões e Brasil.

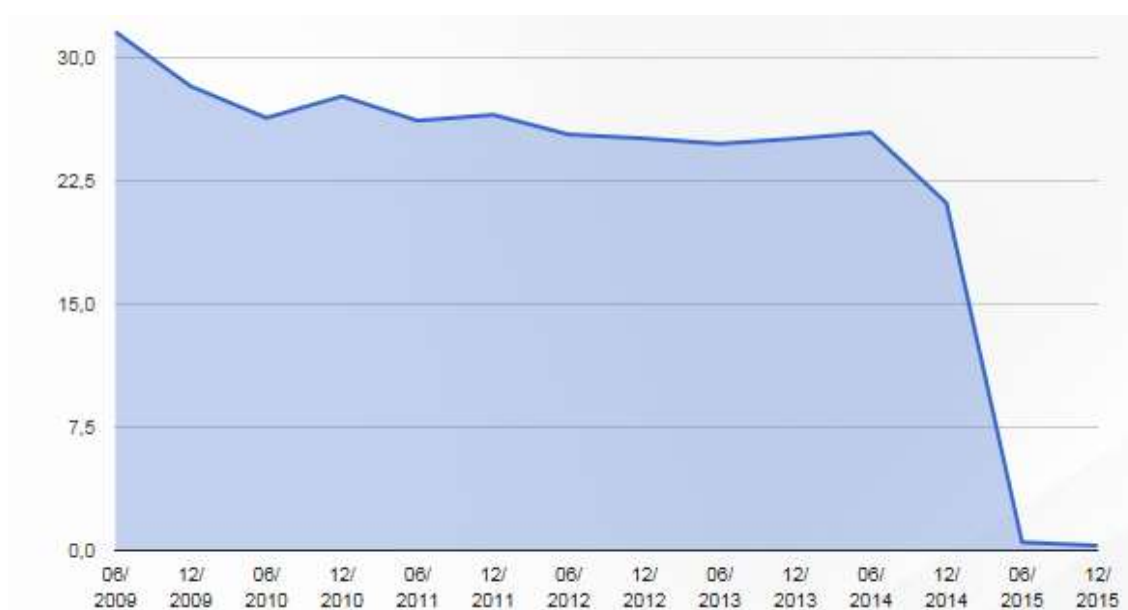
Infelizmente o resultado para as idades entre 18 e 24 anos (aqueles que estariam no ensino superior) mostram que entre os 20% mais pobres e 20% mais ricos, de acordo com o MDS (DataSOCIAL, 2016), existe uma enorme distância que precisa ser revertida, pois o percentual de frequência no ensino superior entre os mais ricos é quase 14 vezes maior que a da parcela mais pobre, é fácil perceber que a falta de políticas para este grupo corrobora com esta situação, diferentemente daqueles grupos mais novos que tem o incentivo do benefício do PBF.

Figura 6 - Percentual da população de 5 a 17 anos que não frequenta a escola (%) – Bahia.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Figura 7 - Percentual das famílias não acompanhadas nas condicionalidades de saúde (%)– Bahia.

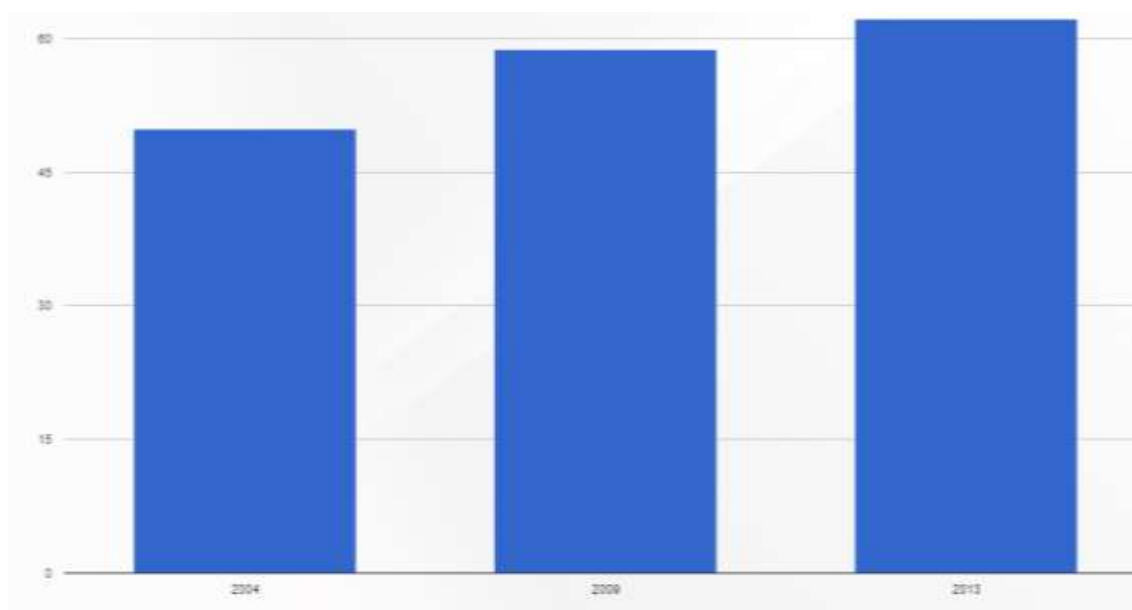


Fonte: MDS, Sistema de Acompanhamento de Condicionalidades (SISCON).

A Figura 7 retrata o percentual de famílias que tem o perfil de saúde para serem acompanhadas e não recebem a assistência de saúde, na Bahia são 1.479.344 famílias que devem ter o acompanhamento de saúde, destas cerca de 20% em 2014 não tiveram estas condicionalidades atendidas por parte do poder público; os dados do MDS mostram que o número de equipes de Saúde da Família no Estado ampliou-se de 1.307 em 2004, para 3.305 em 2014.

Em 2013, conforme o MDS, 16 milhões de beneficiários foram acompanhados pela educação, enquanto 8,8 milhões foram acompanhados pela saúde. Dados que comprovam o usufruto desses direitos sociais pelos beneficiários.

Figura 8 - Percentual de domicílios em situação de segurança alimentar e nutricional (%) – Bahia.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

De acordo com a Figura 8, a situação de segurança alimentar e nutricional na Bahia apresentou evolução positiva de 2004 a 2013, partindo de 49,8% em 2004 para 62,23% dos domicílios em 2013. Vários estudos apontam que as transferências do BF tem como principal finalidade a compra de alimentos, Weissheimer (2006) em suas entrevistas com beneficiários do BF concluiu que 76,4% dos entrevistados utilizaram esta renda para compra de alimentos, e com 11,1% o segundo item mais citado foi o gasto com material escolar. Recentemente o Brasil deixou o Mapa da Fome Mundial, por ter menos de 5% da população em situação de

subnutrição, o PBF juntamente com programas como: Fome Zero, Brasil Sem Miséria, Brasil Carinhoso e outros, permitiram ao país obter sucesso nas políticas de combate a miséria, sendo reconhecido internacionalmente, e hoje a experiência brasileira é referência para os demais países do mundo.

O Bolsa Família tem contribuído para a diminuição da desigualdade de renda e da pobreza e é apontado como o responsável pela queda de 21% do índice de Gini, de 12% do hiato da pobreza e de 19% da severidade da pobreza, segundo cálculos de Soares, Ribas e Osório (2010). Soma-se aos impactos positivos do programa o acompanhamento das famílias pobres nas áreas de saúde e educação.

Em relatório as Nações Unidas citam o Brasil na “redução da mortalidade infantil o país integra os 25 países que mais avançaram na redução da desnutrição em crianças menores de dois anos, entre 2000 e 2008, esse índice caiu 77%” o trabalho infantil também teve uma queda elogiada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), e outro destaque esta na frequência escolar já que a criança ou adolescente precisa ter 85% de presença na escola.

Quadro 6 – Trabalho infantil na Bahia no ano de 2014.

Localidade	População ocupada de 5 a 9 anos	População ocupada de 10 a 15 anos
Brasil	69.928	1.335.172
Bahia	6.864	157.889
Bahia Pop. da Faixa Etária	1.0006,014	1.4006,402

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

O Quadro 6 apresenta a população ocupada de 5 a 9 anos, e 10 a 15 anos, que é toda aquela população atualmente empregada em trabalhos remunerados. Na situação mais crítica e de vulnerabilidade esta as crianças de 5 a 9 anos, se nota que a Bahia tem nesta faixa etária mais de um (1) milhão de crianças, 0,68% destas encontram-se trabalhando, há de destacar que houve uma diminuição importante quando comparamos com o número de 35.579 crianças de 2004, mas se usarmos de parâmetro o Brasil, temos quase 10% das crianças do país trabalhando no estado da Bahia, entre os 10 a 15 anos a participação das crianças e pré adolescentes baianas na totalidade destas no país representa quase 12%, e outro fato que ocorre é a expansão do número de crianças e pré adolescentes ocupadas dos 10 aos 15 anos, isto acontece tanto a nível estadual quanto a nível nacional.

4 EFEITOS DO PBF SOBRE POBREZA NA BAHIA

As populações consideradas pobres e indigentes estão localizadas com maior ênfase na região nordeste do Brasil, com menor intensidade no centro-oeste, sudeste e sul do país. Na região nordeste predomina a condição de maior percentual populacional de pobres e indigentes, e é a região que mais se beneficia com o PBF, e a Bahia o principal estado em números relativos de famílias inscritas no programa (QUEIROZ; *et. al.*, 2010).

Estas prerrogativas estão de acordo com a análise que outros trabalhos fazem da Bahia, no trabalho de Souza (2013) ele diz que a Bahia é a quarta maior unidade da federação (UF) do país, com mais de um quarto da população nordestina e 7% da população nacional, e tem um baixo nível de renda per capita com uma desigualdade de renda comparável à do país inteiro. A Bahia é a UF com maior número de pobres no Brasil.

Quadro 7 - Dados sobre a pobreza e desigualdade de renda no Brasil e na Bahia para os anos 2004 e 2014.

Brasil	Renda - razão entre a dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres	Pobreza - proporção de domicílios extremamente e pobres	Renda domiciliar per capita - média dos extremamente e pobres	Pobreza - proporção de domicílios pobres	Renda domiciliar per capita - média dos pobres	% mais pobre da população com renda total igual à do 1% mais rico
Brasil 2004	19,93	9,69	69,55	26,38	132,55	23,29
Brasil 2014	14,37	3,52	73,16	9,97	161,96	15,45
Bahia 2004	17,51	18,72	72,85	45,1	127,81	22,34
Bahia 2014	15,00	6,37	86,72	18,68	166,91	17,88

Fonte: IpeaData (elaboração própria).

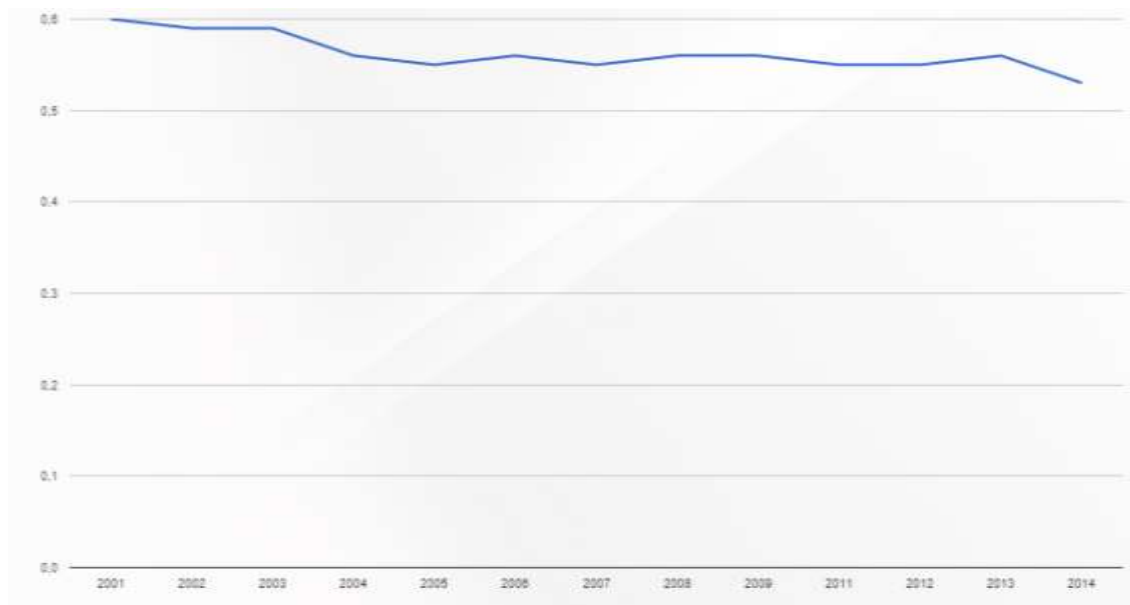
O Quadro 7 informa sobre os dados referentes a pobreza e extrema pobreza, e fornece a razão das desigualdades de renda no Brasil e na Bahia. O que podemos notar é que olhando para estas fotografias, tivemos alguns avanços, mas falta muito para sermos a foto da capa. A razão da renda dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres continua muito alta para padrões normais, e a Bahia foi mais sutil na queda que na média do Brasil; a proporção de domicílios extremamente pobres diminuiu substancialmente, se mantiver este desempenho zeramos este indicador em poucos anos; a renda média per capita dos extremamente pobres continua muito aquém do ideal, o que percebemos é que a Bahia teve um ganho muito maior da média

nacional; a proporção de domicílios pobres teve queda acentuada também, sendo maior no Brasil que na Bahia, mas na Bahia se somarmos os domicílios das duas linhas de pobreza, eram 63,8% em 2004 dos domicílios nesta situação na Bahia, em 2014 eles representam 25,05% das residências baianas; a renda domiciliar média dos pobres espelha em dobro a do grupo extremamente pobre, é um valor médio muito pequeno frente a renda per capita média do país; a última coluna diz qual a porcentagem da fração mais pobre da população é necessária para se ter a renda do centésimo mais rico da população, houve queda expressiva em ambos exemplos, mas a Bahia apresenta desigualdade de renda maior que a média brasileira, é preciso entender os meios de concentração de renda que são muitos em nossa sociedade, e priorizar as políticas que ajudam a desconcentrar a renda em benefício da maioria que mal tem o mínimo para sobreviver dignamente.

A tendência histórica de concentração de renda e de propriedade no Brasil é um dos principais obstáculos a serem enfrentados. Países com renda per capita similar à brasileira têm 10% de pobres em sua população, enquanto nós estamos na casa dos 30%. E dentro do Brasil é possível esta comparação entre o sudeste e o Nordeste, e na Bahia um recente estudo da PNUD (2012) mostrou resultados alarmantes da capital baiana quanto à distribuição da renda, que serve de reflexo para as demais cidades do Estado.

Apesar disso as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD 2011) mostram um declínio contínuo nesta última década das desigualdades de renda, destacando o PBF como especialmente progressivo. Uma parcela é progressiva se contribui para reduzir a desigualdade e regressiva se contribui para aumentá-la. A análise da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirmam que rendimentos de empregador, aluguel e variação patrimonial são parcelas regressivas, e as únicas com razões de concentração negativas são os programas sociais federais. O PBF é o mais progressivo deles. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) também é claramente progressivo, mas sua medida de progressividade (0,66) é substancialmente mais baixa que a do PBF (1,12).

No trabalho de Silveira Neto e Azzoni, (2012) eles apresentam medidas (elasticidades) que informam sobre o impacto percentual relativo à desigualdade decorrente da variação em 1% em cada fonte de renda. No caso do Bolsa Família, uma elevação de 1% nos recursos do programa estava associada a uma redução de 0,02% da desigualdade regional (medida pelo Índice de Gini).

Figura 9 - Coeficiente de Gini – Bahia de 2001 a 2014.

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

O indicador é calculado a partir da distribuição da base de pessoas pelo rendimento domiciliar per capita. É um indicador utilizado para medir a desigualdade social em termos de renda. Varia entre 0 e 1, onde 0 corresponde a uma completa igualdade na renda (onde todos detêm a mesma renda domiciliar per capita) e 1 que corresponde a uma completa desigualdade entre as rendas (onde um indivíduo, ou uma pequena parcela de uma população, detêm toda a renda e os demais nada têm). Na Bahia em 13 anos o índice de Gini teve queda de 0.600 para 0.530.

Nenhuma outra renda não associada ao trabalho apresenta impacto distributivo maior que o PBF, e todas as demais variações implicam custos bem maiores. E neste trabalho os autores comprovam que o papel da renda do trabalho é a determinante principal para evolução da desigualdade regional de renda no Brasil. Com os limites de extensão do Bolsa Família perto de serem atingidos, provavelmente tal importância da renda do trabalho só tenda a aumentar e com ela também ganham importância as políticas que permitem aos mais pobres melhores inserções no mercado de trabalho como, por exemplo, a melhoria do ensino público. Para Soares (*et. al.*, 2007) as políticas de combate a pobreza devem estar conjugadas com políticas de geração de emprego e correções das aposentadorias e pensões, dado o alto peso do rendimento do trabalho e da previdência social na distribuição da renda total do país.

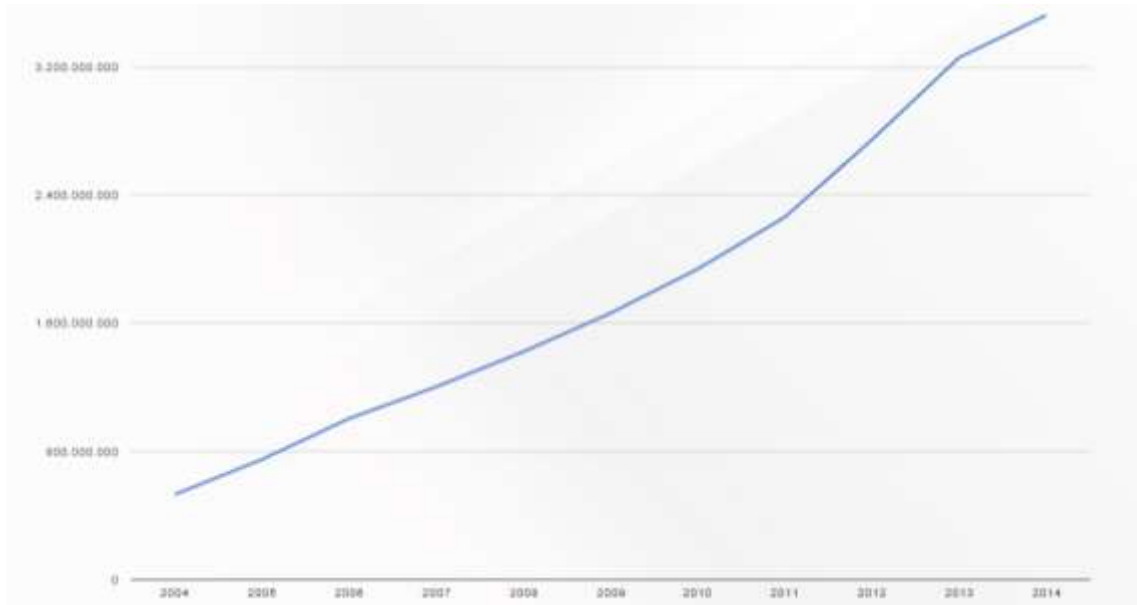
Segundo aponta Soares (2007) a TRD não deve ser o principal mecanismo de combate à desigualdade, deve estar conjugado com políticas de geração de emprego e correções das

aposentadorias e pensões, dado o alto peso do rendimento do trabalho e da previdência social na distribuição da renda total do país.

O montante repassado do PBF a Bahia no ano de 2014 representa quase 9% do orçamento do Estado previsto para o mesmo ano, é um valor relevante frente à arrecadação total da Bahia.

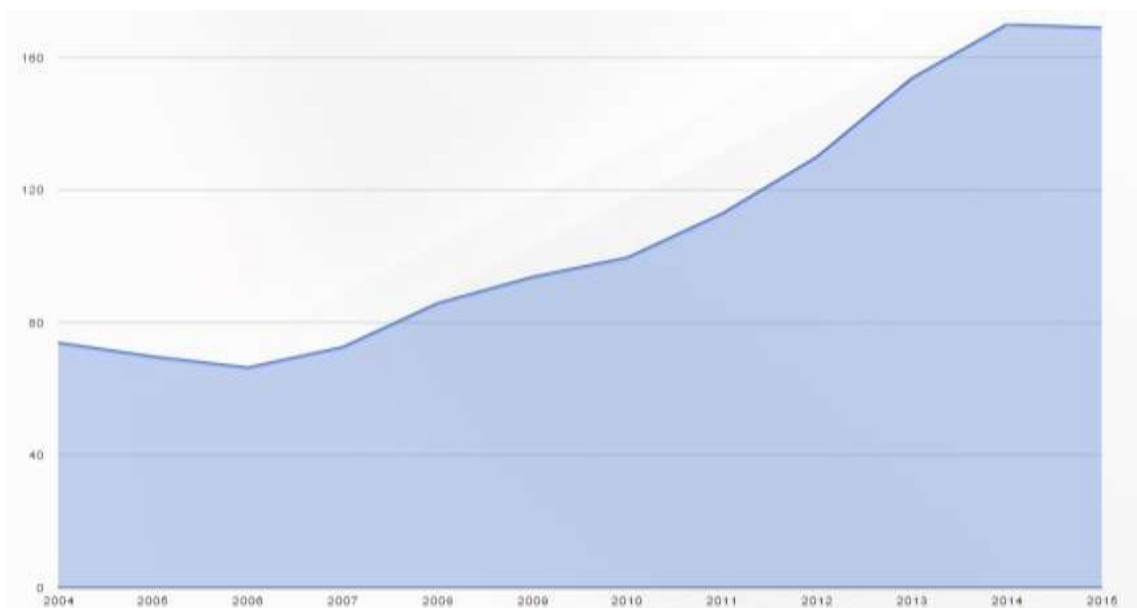
A Figura 10 mostra a evolução dos recursos repassados pelo PBF a Bahia entre 2004 a 2014.

Figura 10 - Valor repassado do PBF (R\$ em Bilhões) – Bahia.



Fonte: CAIXA, Folha de Pagamentos Programa Bolsa Família (PBF).

Figura 11 - Benefício médio mensal por família do Programa Bolsa Família (R\$) – Bahia.



Fonte: CAIXA, Folha de Pagamentos Programa Bolsa Família (PBF).

Figura 11 apresenta a evolução do benefício médio recebido pelas famílias baianas, em 2004 este valor era de R\$ 75,58, e em 2014 passa a ser de R\$ 169,97, é um valor cerca de 25% acima da inflação do período calculado pelo INPC.

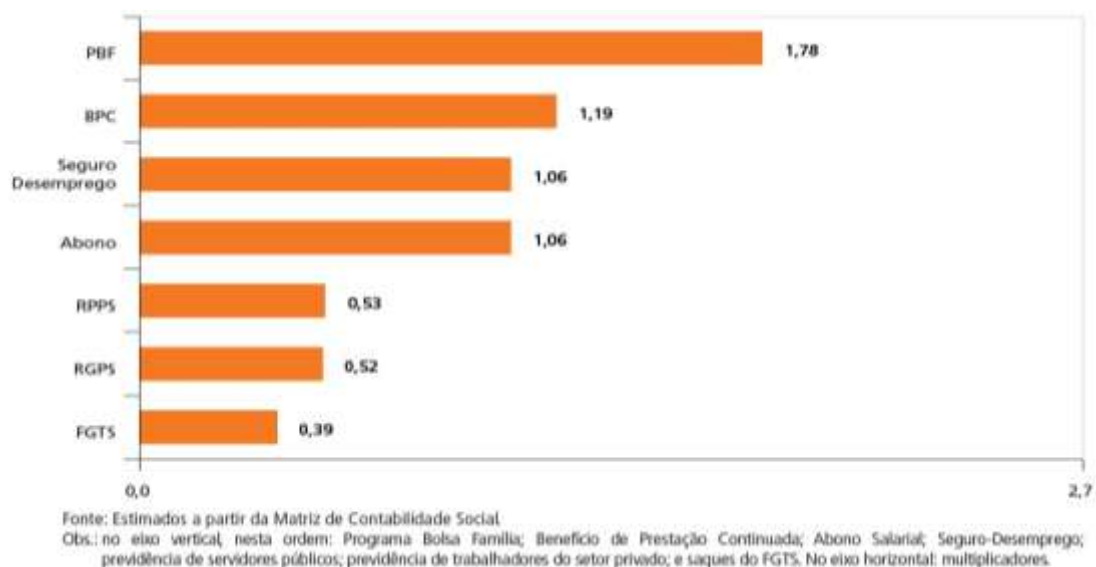
Com base em Souza e Osório (2013) a composição da renda dos extremamente pobres e pobres alterou-se significativamente, em 2003, ela seguia essencialmente o padrão brasileiro, com grande participação da renda do trabalho. Em 2011, a participação dos rendimentos do trabalho para os extremamente pobres despencou, e as transferências sociais, principalmente as vinculadas ao PBF, tornaram-se a fonte principal desta classe social.

As transferências do governo para indivíduos e famílias desempenham um papel central no sistema de proteção social brasileiro, representando quase 14% do produto interno bruto (PIB) em 2009. O PBF tem um efeito consideravelmente maior que os outros. De acordo com o modelo, se o governo aumentasse os gastos com o Bolsa Família em 1% do PIB, a atividade econômica aumentaria 1,78% (NERI; *et. al.*, 2013). A Figura 11 mostra estes efeitos logo abaixo.

Os resultados mostram que as transferências que privilegiam as famílias mais pobres têm os maiores efeitos multiplicadores. O Programa Bolsa Família apresentou os melhores números entre as sete transferências sociais para todos agregados de interesse conforme mostra a Figura 12. No caso do PIB, o multiplicador foi de R\$ 1,78; ou seja, cada real adicional gasto no PBF estimularia um crescimento de R\$ 1,78 no PIB. Segundo Neri (*et. al.*, 2013) o maior efeito do PBF foi sobre o consumo final das famílias, com multiplicador de R\$ 2,40. Portanto, esses resultados sustentam a hipótese de que as transferências sociais voltadas para os mais pobres – principalmente as do Programa Bolsa Família cumprem papel positivo importante para a dinâmica macroeconômica brasileira, além de contribuir para a redução da pobreza e desigualdade.

A capacidade multiplicadora monetária que a transferência de renda via PBF tem para a economia, que de certa forma este gasto, outros vêm como investimento, tende a se pagar com a arrecadação maior de impostos gerados, graças à impulsão que essa renda traz no poder de consumo dos beneficiários.

O aumento da renda dessa população, resultante da política pública, retorna, em parte, aos cofres públicos, sob a forma de incremento na arrecadação de tributos (MARQUES, 2005).

Figura 12 - Efeitos multiplicadores das transferências monetárias sobre o PIB

Fonte: Matriz de Contabilidade Social. 2009. Elaboração: (Neri; *et. al.*, 2013)

A formatação dos programas de focalização dissociados da dinâmica do trabalho significa um alívio de renda e uma inserção no mercado de consumo, que podem dinamizar a economia popular. Muitos autores, no Brasil, preocupados com alternativas ao desenvolvimento, reconhecem potencialidades nessas transferências, como mecanismo de dinamização de um círculo virtuoso da microeconomia, que pode impactar sobre a economia mais ampla. Como Dowbor (2010) diz sobre estas transferências:

[...] fazendo o dinheiro chegar às classes mais baixas, ele se transforma em demanda de bens simples e úteis, o que estimula o mercado interno, gerando, por sua vez, pequenos negócios e intensificando os grandes ao promover emprego e gerar mais demanda. A renda na base da sociedade gera consumo imediato, tanto de bens de consumo básicos que melhoram a alimentação a higiene, como o pequeno investimento familiar. A realidade é que o efeito multiplicador dos recursos é muito grande quando orientado para a base da sociedade. É em termos de qualidade de vida, cada real disponibilizado para as famílias mais pobres gera uma melhora incomparavelmente superior do que nos grupos mais ricos.

Neste sentido, as transferências de renda às famílias proporcionam um impacto econômico tanto maior quanto maior for a propensão marginal a consumir, isto é, quanto maior for a parcela destinada ao consumo quando a renda é aumentada em uma unidade. Neste caso, a população alvo do PBF, principalmente, as famílias definidas como extremamente pobres, possui uma propensão marginal a consumir das mais elevadas, quando não igual a um.

(SOARES; *et. al.*, 2006) diz, “As famílias mais pobres recebem a maior parte dos recursos das transferências, e a quantidade de famílias beneficiárias nos estratos mais ricos da população é desprezível”.

Podemos deduzir que o nível de satisfação dado pelos incrementos de renda, é muito maior para a população mais pobre, diante das diversas carências não atendidas pela falta de recursos. O atendimento das necessidades básicas é crucial para a sobrevivência, e condição necessária para escapar da situação de pobreza.

O problema da escassez é o que faz dar sentido ao estudo da ciência econômica, estudar a pobreza é o exemplo mais claro de escassez.

Para finalizar esse estudo, a frase do poeta e dramaturgo alemão Bertold Brecht, nos serve de reflexão:

“Para quem tem boa posição social, falar de comida é coisa baixa. É compreensível: eles já comeram.”

5 CONCLUSÃO

Os programas de transferência de renda vêm se consolidando como uma ferramenta auxiliar no combate e redução da pobreza. A proteção social avançou no Brasil a partir dos anos 2000. Os avanços se referem ao aumento no número de famílias assistidas e no valor do montante gasto com esses programas. Dentre os inúmeros programas sociais existentes no país, o Programa Bolsa Família destaca-se por sua cobertura, focalização e montante investido. As transferências beneficiam cerca de um quarto das famílias brasileiras, mas seu custo está ao redor de 0,5 % do PIB, o atual dispêndio com as políticas de transferência de renda como o PBF ainda tem espaço para ser ampliado.

A Bahia é a UF com mais beneficiários no país em números absolutos, o PBF traz segurança alimentar e alívio de pobreza para mais de um terço da população baiana, o estado possui quase 3 milhões de famílias inscritas no cadastro único, mas menos de dois terços são efetivamente beneficiados. Apresentamos o quadro que mostra os extremamente pobres e pobres segundo as necessidades calóricas, a Bahia quando somado estes grupos, ainda tem cerca de 4,6 milhões de cidadãos vivendo nesta realidade.

Podemos observar no estudo, que a redução dos extremamente mais pobres teve efeitos maiores que dos pobres, configurando uma focalização nos mais pobres entre os pobres, e colabora com este argumento o fato do índice de severidade da extrema pobreza ser menor (0,11), que o de pobreza (0,54), para ambos ao final de 2014, mostra que o público mais pobre está mais perto de ultrapassar a linha de cima, do que os grupos de pobreza, denotando a influência do PBF na redução da pobreza.

Assim, os programas de transferência de renda vão ao encontro da minimização dos efeitos da pobreza e do risco social da população considerada miserável ou em extrema pobreza.

Como vimos no texto, uma das referências utilizadas lembra que apesar da importância e dos impactos positivos dos programas de transferência de renda, esses não devem ser vistos como a única ou a principal medida para retirar a população da situação de extrema pobreza ou pobreza, é necessário o governo criar mais políticas e oportunidades para o acesso a qualificação profissional, que atendam a demanda do emprego local da população alvo,

tornando-a capaz de garantir o seu próprio sustento, a fim de possibilitar maior autonomia e independência financeira para um progresso social desejado por todos.

No curto e médio prazo o PBF vem aliviar os problemas decorrentes da situação de pobreza e insegurança alimentar, sendo que, no longo prazo, o objetivo é investir no capital humano, quebrando o ciclo vicioso da pobreza.

A educação é pedra fundamental deste objetivo, algumas mudanças causadas pela condicionalidade da educação já podem ser percebidas como foi demonstrado no estudo; a frequência escolar na Bahia pelo grupo de beneficiários do PBF atingiu praticamente os mesmos resultados dos grupos de extratos de renda dos 20% mais ricos; este simples incentivo tem impacto direto nos indicadores de analfabetismo e no número de anos escolar médio da população atendida. Ficou claro a relação direta do PBF com a queda do trabalho infantil na Bahia, principalmente aquele realizado pelas crianças de 5 a 9 anos. Faltam políticas para os jovens que concluem o ensino médio, darem continuidade aos estudos na educação técnica profissionalizante e/ou no ensino superior.

É sabido por todos que a educação é uma variável importante para determinar o rendimento do indivíduo, para deixarmos a pobreza intergeracional para trás será preciso uma comunhão a favor do ensino público de excelência entre os municípios, estado e governo federal, e toda a sociedade para dar condições às gerações vindouras alçarem vôos maiores.

Analisamos brevemente o tamanho da desigualdade de renda existente na Bahia, no período visto, é possível notar a expressiva queda destes indicadores, uma parte deste resultado provém de um ambiente econômico favorável ao aumento do emprego e da renda que experimentamos, mas como afirmado por outros autores, os programas sociais tiveram e tem papel crucial para a melhor redistribuição de renda, tendo o PBF o maior efeito progressivo para redução desta desigualdade; como resultado o índice de Gini esta em trajetória decrescente, porém a Bahia ainda é um dos estados mais desiguais do Brasil.

Na Bahia são inúmeros os municípios que vivem das transferências legais do governo estadual e federal, esta renda faz a roda girar das pequenas economias locais; o PBF como foi exposto no estudo tem um multiplicador monetário maior que as demais transferências, por conta de dar renda aos mais pobres, a propensão a consumir toda a renda na compra de bens

com nível de utilidade alta é quase sempre igual a um, e por ser uma renda regular o BF passa a fazer parte do planejamento de consumo familiar, com reflexos positivos na economia local.

A maioria dos países que conseguiram erradicar a pobreza e reduzir seus níveis de desigualdade possui políticas de transferência de renda, e elas sempre serão necessárias enquanto parte da população não tiver acesso ao mínimo de sobrevivência. Reconhecer esta situação de vulnerabilidade social significa priorizar políticas que atendam aos anseios dos mais pobres, este é o caminho para o desenvolvimento de um país mais justo e consciente.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, D. C. DE; BURLANDY, L. Política de combate à pobreza no Brasil, concepções e estratégias. **Revista Katálysis**, 13, n. 2, p. 201-209, 2010.

BACEN. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/ecoimprensa>. Acesso em 12 nov. 2015.

BARROS, R. P. D. et al. **A focalização do Programa Bolsa Família em perspectiva comparada**. Governo Federal, 2003. p. 111. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6605. Acesso em 15 de set. 2015.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21865. Acesso em 12 de nov. 2015.

CASTRO, A. **Entrevista concedida a SEI**. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em 01 de ago. 2015.

CASTRO, J. A.; MODESTO, L. **Bolsa família 2003-2010: Avanços e desafios**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6605. Acesso em 05 de mar. 2016.

COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA: pobreza, desigualdes e políticas públicas, Brasília: IPEA, n.38, jan, 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1763. Acesso em jul. 2015.

CUNHA, R. **A garantia do direito à renda no Brasil: a experiência do Programa Bolsa Família**. Disponível em: http://www.ipcundp.org/doc_africa_brazil/Webpage/missao/Artigos/ARTIGO_ROSANICUNHA.pdf. Acesso em 10 de set. 2015.

DOWBOR, L. **Brasil: Um Outro Patamar, Proposta de Estratégia**. Brasília: CDES, 2010. Disponível em: <http://www.idlocal.com.br/brasil-um-outro-patamar-propostas-de-estrategia?locale=pt-br>. Acesso em 21 de mar. 2016.

HENRIQUES, R. Pobreza e Desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social. In: NOLETO, Marlova Jovchelovitch; WERTHEIN, Jorge. **Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza no Brasil**. Brasília: Unesco, 2003

IPEA. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento**. Disponível em: <www.pnud.org.br/Docs/5_RelatorioNacionalAcompanhamentoODM.pdf>. Acesso em 05 de out. 2015.

IVO, A. B. L. Políticas sociais, pobreza e trabalho: dilemas do bem-estar em países de capitalismo periférico. **Bahia Análise de Dados**, v, n.2 p. 1121-1133. 2008. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/publications/mds/20P.pdf>. Acesso em 10 de mar. 2016.

LEITE, C. K. D. S.; PERES, U. D. Origem e disseminação do Programa Bolsa Família: aproximações analíticas com o caso mexicano. **Revista do Serviço Público**, v. 64, n. 3. p. 351-376. 2014.

LÍCIO, E. C. A. A trajetória dos programas de transferência de renda no Brasil: o impacto da variável federativa. **Revista do Serviço Público**, p. 37-60, 2004.

MARQUES, R. M. A **importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros**. Avaliação de Políticas e Programas do MDS - Resultados.. Disponível em: <http://docplayer.com.br/8232242-Avaliacao-de-politicas-e-programas-do-mdsresultados.html>. Acesso em 20 nov. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro_ds.php?p_id=309. Acesso em 02 de mar. 2016.

NERI, M. C.; VAZ, F. M.; DE SOUZA, P. H. G. F. Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais. In:_____ (Org.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**, Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/131015_bolsa_familia_cap11.pdf. Acesso em 14 de nov. 2015.

QUEIROZ, S. et al. Evolução do Programa Bolsa Família: Brasil e estados do Nordeste 2004-2009. **SER Social**, Brasília, v. 12, n. 27, p. 33-62. jul/dez 2010.

ROCHA, Sônia. Impacto sobre a pobreza dos novos programas federais de transferência de renda. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2004, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPEC, 2004.

SEI. Considerações sobre a pobreza na Bahia: Tendências e Estimativas de Política de Transferência Direta. **Textos para Discussão**, n. 3, agosto 2011. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/textos_discussao/texto_discussao_03.pdf. Acesso em 15 de set. 2015.

SEN, A. K.; MENDES, R. D. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVEIRA NETO, R.; AZZONI, C. Social policy as regional policy: market and nonmarket factors determining regional inequality. **Journal of Regional Science**, 52, n. 3, . p. 422-450. , 2012.

SOARES, F. V. et. al. **Programas de transferência de renda no Brasil: Impactos sobre a desigualdade** - Brasília : Ipea, out 2006. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4374. Acesso em 10 de mar. 2016.

SOARES, S. Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas e multidimensionais. **Texto para Discussão, n. 1381**, Rio de Janeiro: IPEA, 2009. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1553/1/TD_1381.pdf. Acesso em 10 mar. 2016.

SOARES, S. et al. Programas de transferência condicionada de renda no Brasil, Chile e México: impactos sobre a desigualdade. **Texto para Discussão, n. 1293**, Brasília: IPEA, 2007. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4852. Acesso em 12 de abr. 2016.

SOUZA, P. H. G. F. DE. As causas imediatas do crescimento da renda, da redução da desigualdade e da queda da extrema pobreza na Bahia, no Nordeste e no Brasil entre 2003 e 2011. **Texto para Discussão, n. 1816**, Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=17228. Acesso em 20 de nov. 2015.

TAKAGI, M.; GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. Pobreza e fome: em busca de uma metodologia para quantificação do problema no Brasil. **Texto para Discussão, n. 101**, 2001. Disponível em: <http://ses.sp.bvs.br/lis/resource/16889#.VzyoFvkrKUK>. Acesso em 20 de out. 2015.

VALOR ECONÔMICO. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3305466/ipea-cada-r-1-gasto-com-bolsa-familia-adiciona-r-178-ao-pib>. Acesso em 12 de nov, 2015.

WEISSHEIMER, M. A. **Bolsa família**: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.